

Jornal Negócios

13-11-2014

Periodicidade: Diário**Classe:** Economia/Negócios**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 18239**Temática:** Banca/Seguros**Dimensão:** 1377**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/10

Auditorias à banca vão ser reforçadas

Banco de Portugal vai apertar o controlo à gestão bancária.
Sector enfrentará mais auditorias forenses como a do BES.

EMPRESAS 10

BANCA

BdP reforça auditorias para analisar “conduta” da gestão

A fraude na banca pode acontecer sempre, diz o Banco de Portugal. Daí que seja necessário reforçar o controlo à organização das instituições. Mais auditorias, nomeadamente forenses, serão enfrentadas pelos bancos.

DIOGO CAVALEIRO

dlogocavaleiro@negocios.pt

Não há “forma absoluta de garantir que não ocorram” irregularidades e fraudes na banca. Quem o admite é o Banco de Portugal, no relatório de estabilidade financeira, publicado esta quarta-feira. É nesse sentido que o regulador do sector financeiro vai avançar com um reforço das auditorias a fazer aos modelos de gestão e administração dos bancos, bem como a forma de observar que os mesmos são cumpridos, sabe o Negócios. Entre estas, encontram-se as auditorias forenses, para detectar eventuais irregularidades na gestão.

“É necessário criar um quadro de incentivos e definir matrizes organizacionais e de actuação, internas e externas às instituições financeiras, adiantando que, dos problemas já detectados, “ressalta a necessidade de reforçar a eficácia dos mecanismos de governação e de controlo interno a variados níveis – órgãos de gestão da instituição, órgãos de fiscalização e auditoria interna, a que acresce a auditoria externa”. Avançar para “práticas de rotação adequada de auditor externo” e o reforço da comunicação “entre supervisores e auditores”, são aspectos referidos no documento.

A conduta de quem está à frente dos bancos é um dos “riscos” que poderá ter impacto na estabilidade financeira, a par, por exemplo, da elevada exposição ao sector imobiliário, indica o primeiro relatório sobre a estabilidade publicado após a resolução aplicada ao BES.

Aliás, a divulgação ocorre numa altura em que começam a ser publicadas notícias sobre a auditoria fo-



Carlos Costa diz que não há forma “absoluta” de impedir fraudes na banca.

rense que o Banco de Portugal, em conjunto com a Deloitte e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, está a fazer aos últimos momentos da gestão do BES encabeçada por Ricardo Salgado.

Uma auditoria que se encontra em fase final mas que ainda não está concluída, segundo um esclarecimento do próprio regulador enviado na tarde de quarta-feira, dia em que o “i” e o “CM” noticiaram que quatro das cinco linhas de investigação estão fechadas.

Os relatórios finais da auditoria forense ao BES não serão divulgados publicamente, avisou já o Banco de Portugal. Até porque os elementos que revelaram indícios criminais serão remetidos para o Ministério Público. Nos últimos meses, segundo Carlos Costa, foram feitas quatro auditorias forenses: BES, Montepio, BCP e Banif.

Enquanto decorre esta auditoria tripartida, está em andamento um processo que pretende avaliar o BES no momento da resolução,

Imobiliário ainda pesa na banca

Não é só a conduta dos administradores e gestores dos bancos que poderá ter impacto na estabilidade financeira. “A elevada exposição das instituições financeiras a activos imobiliários representa um risco adicional, que necessita ser monitorizado”, diz o relatório publicado pelo Banco de Portugal. Os bancos têm créditos a empresas de construção e promoção imobiliária, possuem imóveis herdados de créditos à habitação não pagos e detêm unidades de participação em fundos de investimento imobiliário. E, apesar da recuperação dos preços no sector imobiliário, o Banco de Portugal vê riscos. Porque os preços podem cair. Aliás, essa evolução pode estar associada, segundo admite o próprio regulador, “a um processo de ajustamento dos bancos que conduza a uma mais célere venda destes activos e/ou a uma possível situação económica e financeira mais adversa”. A acontecer esta queda de preços, o balanço dos bancos pode ressentir-se. É nesse sentido que o regulador diz que tem vindo a fazer análises desde 2011 que, na sua óptica, são para continuar. Tal como é para manter a constituição de imparidades, quando for caso disso.

numa lógica de insolvência. O objectivo é analisar quanto é que o banco valia a 3 de Agosto como se de uma liquidação se tratasse. Tanto a CMVM como o BdP já admitiram que os accionistas e os credores subordinados do BES (que ficaram como accionistas e credores do veículo financeiro com activos problemáticos) não poderão sofrer perdas maiores com a resolução do que aquelas que enfrentariam caso a opção tivesse sido levar o BES a insolvência. ■

TOME NOTA

Economia lusa pode sofrer com caso BES

Os mercados sofreram um impacto limitado com a resolução do BES. Mas a economia, que terá de continuar a apostar na consolidação orçamental e que terá de apostar no investimento, pode sofrer consequências.

CASO BES PODE TER EFEITOS NA PROCURA

O Banco de Portugal admite que a economia pode sentir um impacto devido à decisão de resolver o Banco Espírito Santo. Tal pode ser sentido no efeito riqueza, já que há accionistas e credores que perderam dinheiro e activos. Como esse efeito é difícil de analisar, o regulador diz que é necessário fazer um “acompanhamento do seu eventual reflexo na procura doméstica e, consequentemente, na actividade económica”.

ELEVADA DÍVIDA NÃO EVITA AUSTERIDADE

“Apesar da consolidação orçamental sem precedentes durante o programa de assistência económica e financeira [da troika], os níveis de dívida pública não permitem aliviar o esforço de ajustamento”. Ou seja, continuar a austeridade orçamental é “crucial” para que Portugal seja uma economia credível com crescimento económico sustentado.

CORTAR INVESTIMENTO É PREJUDICIAL

É necessário retomar o investimento, que tem vindo a ser alimentado essencialmente pelo exterior. “A redução do investimento em capital fixo é fortemente prejudicial ao crescimento potencial da economia portuguesa”, diz o BdP. Nas projecções do Governo, deverá crescer 1,5% este ano, depois de ter caído 6,5% e 15% anteriormente. **dc/ev**

129

O rácio de dívida pública, em Junho de 2014, era de 129,4% do PIB, mais do que em Junho de 2013.